



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias ao exercício 2022  
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2021.**

**PRESIDENTE – VER. EUGÊNIO RUFINO DE ARAÚJO.**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA.**

**SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS – SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA.**

- Às 11h08min, o Senhor Presidente, Vereador Eugênio Rufino, dava por aberta a presente Audiência Pública -

**O Sr. PRESIDENTE** – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a presente audiência pública, realizada em conformidade com o parágrafo primeiro, inciso I, artigo 48 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentada nesta edilidade pela Resolução nº 04, de 25 de outubro de 2001, para fins, inclusive, de atendimento do que dispõe o art. 71, inciso I, alínea C, das instruções nº 02/2008, editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Passo a palavra ao Vereador Leonardo Alves, que conduzirá os trabalhos desta audiência.

**O VER. LEONARDO ALVES DE CASTRO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta audiência refere-se à apresentação e discussão do projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022 e dá outras providências.

A presente audiência, de acordo com a citada Resolução, constará das seguintes partes: exposição pelo representante do Poder Executivo, manifestação dos Parlamentares, manifestação dos representantes de entidades, manifestação dos munícipes, réplicas pelo representante do Executivo e pelos Secretários Municipais citados nas exposições e encerramento.

Quero registrar que o Sr. Prefeito Municipal Francisco Marcelo de Oliveira foi oficiado, comunicando assim os Secretários Municipais, e que em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 36º do Regimento Interno, a convocação da presente audiência foi feita por publicação eletrônica no Diário Oficial do Município em 17 de maio de 2021, portanto, dentro do prazo estabelecido, ou seja, 10 dias de antecedência.

Quero registrar ainda que esta audiência está aberta a população, sendo transmitida ao vivo pelo portal desta Câmara Municipal na internet e todas perguntas e manifestações, inclusive da imprensa, podem ser encaminhadas a qualquer momento desta audiência para o e-mail [audiencia@camaramaua.sp.gov.br](mailto:audiencia@camaramaua.sp.gov.br).

Quero passar então a palavra ao Secretário, Sr. Paulo José de Almeida.

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Bom dia mais uma vez.

Agradeço a presença de todos. Saúdo o Presidente da Câmara, obrigado pela presença e a dos demais Vereadores, Vereador Leonardo, que preside a sessão, e o Vereador Getúlio.

Passamos agora à apresentação da audiência da LDO, que dispõe do artigo 165 da Constituição, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que já foi entregue a esta Casa.

Lembrando que esse foi o 1º ano de mandato, já começamos o planejamento para o PPA, que será apresentado até o final de agosto.

Então apresentaremos agora a LDO para que os senhores tenham conhecimento e depois estaremos à disposição para as devidas perguntas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**O VER. LEONARDO ALVES DE CASTRO** – Antes de passar para a explanação do nosso Secretário Adjunto de Finanças, que fará a exposição, agradeço aos todos os Secretários aqui presentes, assessores, entidades municipais, munícipes, imprensa que nos acompanha.

Quero registrar e agradecer a presença do Vereador Wellington da Saúde, Jr Getúlio, Renan Pessoa. Os representantes de Vereadores: Soraya Pereira da Silva, assessora do Vereador Mazinho; Débora Soraes Santos, chefe de gabinete do Vereador Geovane Correa; Joelma Jacobina de Jesus, assessora do Vereador José Afonso Madeira, que esteve conosco aqui na audiência anterior.

Saudar a presença do nosso Presidente da Câmara Municipal, Zé Nova Era, que temos um grande respeito.

Muito obrigado, Presidente, por conceder os espaços democráticos aqui da Casa.

Cumprimentar a sua equipe: Paulo Henrique e Cínthia.

Agradecer aos funcionários: Elton Carvalho, assessor de gabinete; Tiago Vinicius Souza, gerente de administração.

Ao Secretário de Governo, Leandro Dias, e o Secretário Paulo José de Almeida.

Na sequência, de acordo com o regulamento, teremos a exposição pelo Secretário de Finanças, lembrando a todos que nos acompanham pela internet, que podem enviar suas perguntas para o e-mail [audiencia@camaramaua.sp.gov.br](mailto:audiencia@camaramaua.sp.gov.br). Não esquecendo de colocar sua identificação e a entidade que representa, se for o caso. Lembrando, ainda, que as manifestações das entidades municipais deverão ter o prazo máximo de 05 minutos cada, e para munícipes, 02 minutos cada.

Tem a palavra o Sr. Vagner Minervino da Rocha.

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Bom dia a todos. Cumprimento a todos na pessoa do nosso Presidente da Casa, Vereador Zé Nova Era.

Saudar a todos os colegas da Secretaria de Finanças, os outros representantes do Poder Executivo, os funcionários desta Casa e os demais presentes.

Vamos apresentar agora a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, já entregue para esta Casa.

**(Nota da Taquigrafia: neste instante o Secretário Adjunto inicia a apresentação do relatório).**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Esses são os destaques dos principais anexos da LDO, do texto da LDO também, e estamos aqui à disposição para tentar contribuir com a discussão no Legislativo.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** – Vagner, quero lhe fazer uma pergunta para fazer o comparativo aqui.

Nós temos aqui que o produto interno bruto de Mauá, IBGE de 2018, diz 15 milhões...

São 15 milhões ou 15 bilhões?

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Bilhões.

**O SR. PRESIDENTE** – 15.287.482,92. É isso mesmo?

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** – É que me foi passado como milhões, e eu falei: não pode ser...

A riqueza do município ser de 15 milhões seria muito pouco.

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Verdade. Quando a gente fez o demonstrativo, foi falha nossa não colocar aqui que está em milhões.

Mas são 15 bilhões.

Está em milhares de reais, na verdade.

**O SR. PRESIDENTE** – Me parece que há uma baixa no IPTU do próximo ano, é isso?



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – O que nós estamos colocando do IPTU é basicamente aquilo que a lei já define o que nós não vamos cobrar.

Por exemplo, aposentado de baixa renda, que comprove essa situação, nós não cobramos hoje e não vamos cobrar.

São pessoas isentas, através de lei votadas por vocês aqui.

**O SR. PRESIDENTE** – Bacana. Muito obrigado.

**O VER. LEONARDO ALVES DE CASTRO** – Feita a exposição, teremos agora a manifestação dos Vereadores que terão 05 minutos cada para manifestação.

Lembrando a todos que nos acompanham pela internet que podem enviar suas perguntas para o e-mail [audiencia@camaramaua.sp.gov.br](mailto:audiencia@camaramaua.sp.gov.br). Não esquecendo de colocar sua identificação e a da sua entidade. Lembrando, ainda, que as perguntas para as entidades municipais deverão ter o prazo máximo de 05 minutos cada e para munícipes, 02 minutos cada.

Com a palavra o Vereador Renan Pessoa.

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Bom dia a todos.

Vagner, de uma forma mais abrangente, qual a perspectiva de destinação para a saúde?

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Vereador, a destinação para a saúde vai basicamente continuar, deve se manter na destinação para a saúde que houve neste exercício aqui agora.

Até o presente momento nós temos aqui que na saúde nós aplicamos até o mês de abril próximo passado, 1º quadrimestre, nós aplicamos o montante de 70 milhões, 694, mais ou menos 23.24% da nossa receita de impostos.

Para a saúde, no momento em que fizemos o orçamento, nós teremos um anexo específico, porque a lei define que é lá e não na LDO, teremos um anexo específico que vai ficar na lei, que vai vir para cá para análise dos senhores também, definindo e demonstrando os valores efetivamente.

Muito provavelmente esse percentual que nós temos hoje de 23.24% da receita, é muito difícil de baixar, especificamente agora no tempo em que estamos vivendo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Pelo o que estamos vivendo, a gente acredita que aumentarão muito as inadimplências, vocês têm uma projeção de porcentagem do quanto isso pode chegar a cair?

Esse último mês já vem mostrando.

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Nesse 1º quadrimestre, o que a gente sentiu, fundamentalmente, na questão do IPTU, é que a arrecadação foi muito parecida com a do ano passado.

Lembrando que o IPTU se manteve congelado, então os valores são basicamente os mesmos.

Número de contribuintes: nós tivemos menos de mil contribuintes a menos do que no ano passado.

Foram 61 mil contribuintes em 2020, aproximadamente, carnês que foram pagos no 1º momento, vencimento até 30 de abril.

Em 2021 foram 60 mil e uns quebrados.

Então foi muito parecido.

O governo tem ciência da questão do momento econômico que a população atravessa, as empresas, os pequenos, principalmente.

Nós temos já estudos com a nossa área jurídica de provavelmente, para o próximo ano, estar lançando também o programa de incentivo.

Tivemos alguns requerimentos aqui da Casa e nós julgamos, até em conversa com o Prefeito Marcelo, que a efetividade de um programa neste momento seria menor, porque as pessoas estão muito debilitadas financeiramente, então a preocupação inicial é o sustento básico da família. As empresas, as pequenas principalmente, se manterem vivas.

Então se você lança um programa agora, pode ser pouco efetivo, porque tanto a pessoa física quanto a jurídica podem não ter condições de adesão, aí perderão uma grande oportunidade de estar ficando adimplentes.

Faremos um estudo bastante detalhado e isso com certeza no próximo exercício provavelmente iremos lançar um programa de incentivo.

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Seria o REFIS?

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Exatamente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Então não tem possibilidade de ocorrer neste ano?

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Não, como eu disse, nós estamos preparando para o ano que vem.

Por conta da situação de pouca possibilidade.

Claro que haveria adesão, mas muita gente não teria condições hoje de aderir, e aí perderia uma grande oportunidade.

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Mas não poderia abrir este ano e no ano posterior também?

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Aí é uma questão conceitual, Vereador.

Você abrir todo ano um programa de incentivo, você também pune o bom pagador.

Particularmente a gente evita abrir todo ano um programa de REFIS, porque daí você também tira a perspectiva do bom pagador.

E aí os cofres públicos, que já estão em uma situação bastante difícil, sofrerão com isso.

É muito provável que logo no começo do próximo ano nós faremos um programa.

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Eu até te entendo, Paulo, mas estamos vivendo um momento atípico da pandemia.

Sabemos quantos comerciantes estão com as portas fechadas, com dificuldades de trabalhar. Muitas famílias perdendo os seus empregos.

A gente entende, a gente precisa melhorar o orçamento da cidade, a contribuição, mas se você abre neste ano e em 2022, teria facilidade até para aquele bom pagador que não está conseguindo pagar, pelo momento que está vivendo, são duas oportunidades, né?

Acho que seria legal a gente tentar, junto com o governo, resolver da melhor forma.

Seria viável tanto para os munícipes quanto para a cidade, no momento que estamos vivendo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Entendo perfeitamente.

Como eu disse, nós, juntamente com o nosso setor jurídico, estamos em fase de estudos.

Nada que não possa ser construída, conjuntamente, uma saída para esse momento atípico que vivemos.

Nós já tivemos lei aprovada aqui que suspende a correção e também a questão da inscrição do devedor na dívida ativa e na execução.

Objetivamente falando, não haverá nenhum prejuízo ao contribuinte se for no 2º semestre ou no começo do ano, porque não haverá incidência de juros e ele também não estará inscrito na execução fiscal.

É apenas uma questão de meses de diferença, que, no nosso ponto de vista, não fará essa diferença.

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Entendi. Então vocês estariam postergando para o início do 1º semestre de 2022.

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Provavelmente.

**O VER. RENAN PESSOA DA CRUZ** – Está bom.  
Muito obrigado.

**O VER. JOSÉ CARLOS DA SILVA MARTINS, ZÉ CARLOS NOVA ERA** – Bom dia a todos.

Quero primeiro lhe parabenizar pelos trabalhos importantes para a nossa cidade.

Quero fazer uma pergunta para o Vagner.

Vagner, aproveitando a fala do nosso nobre Vereador Renan, referente ao requerimento que nós entramos sobre o REFIS, há muitos munícipes que nos procuram, que querem estar fazendo essa renegociação. Não são poucos, são muitos, por isso nós entramos com esse pedido.

Através desse nosso pedido, estamos representando os munícipes.

Tiveram 02 outros Vereadores, Admir Jacomussi e Ricardinho, que também entraram com esse pedido, então tem muitas pessoas procurando.

Nós sabemos que a Prefeitura tem muitos débitos, devem muitas pessoas, muitas empresas, e eu gostaria de saber se vocês têm a previsão do quanto



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

que a Prefeitura tem a receber. E também gostaria de saber quem são, se vocês têm identificados quem são os maiores devedores. E se vocês sabem o que será feito com esses maus pagadores.

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Nós recebemos alguns requerimentos já nessa direção, na elaboração de estudos para efetivar o REFIS.

Começamos a fazer os estudos e achamos interessante envolver o setor jurídico, porque houve uma mudança recente na lei, passando a gestão da dívida ativa de finanças para o setor jurídico da Prefeitura, para os procuradores gerirem as cobranças.

Começamos a fazer esses estudos levando em consideração o perfil da dívida que nós temos.

Hoje nós temos uma dívida ativa somando 03 bilhões e 200 milhões, praticamente. Isso é muito próximo a 03 orçamentos do município, 03 anos de arrecadação.

Esses estudos preliminares já demonstram que uma parte muito grande disso não será arrecadada, o município não tem como arrecadar.

Suponhamos que um comerciante contribuinte teve a sua inscrição em dívida ativa de um IPTU, ou de ISS, enfim, que ele não pagou lá em 1995. Está lá até hoje. Uma vez que o débito é inscrito em dívida ativa, ele não prescreve.

Quem inscreve em dívida ativa é o jurídico.

Uma vez que foi constituído o crédito, aferido que o munícipe efetivamente deve para o município, o jurídico pede para inscrever em dívida ativa. E fica lá. Isso não prescreve.

Então você imagina, um IPTU de 200 reais lá em 1995 que não foi pago até hoje. Vamos fazer um exercício de juros, de multa, do que vem em cima.

Se a gente analisar, esse 03 bilhões e 200 são incobráveis, não dá para o município cobrar. Porque vai cobrar do contribuinte os juros e juros e juros.

Em razão disso, é uma prática meio que comum o município abrir um REFIS para dar perdão a esses valores que entraram na dívida, mas que se você for ver, a justiça social disso é meio frágil.

O cara estava devendo 100, e você fala para ele: “Olha, a sua dívida é 6 mil e 500 reais”...

É uma coisa injusta.

Para esse perfil de REFIS, o que nos foi encomendado foi exatamente uma análise do perfil da dívida, de ver o que é dívida de fato e o que é agregado à dívida, que é fumaça. Que é: isso são juros e multa e isso daqui é dívida real.

Então, a primeira análise que nós estamos buscando no sistema é essa.

A segunda análise é quem são os maiores devedores e como que eles podem ser equacionados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Eventualmente – digo eventualmente porque eu não tenho o relatório ainda, foi encomendado, não é um relatório que está pronto no sistema – o município tem um devedor, uma empresa, ma pessoa jurídica, que é devedor dele, mas também é fornecedor dele.

Então, eventualmente, dá para se fazer alguma coisa com relação a encontro de contas, como até já foi feito aqui por esta Casa, um parcelamento, e aí há compensação tributária.

Mas a partir do momento que a gente tiver o perfil da pirâmide dos devedores, qual o topo, será mais fácil de a gente conseguir desenhar um programa que consiga produzir uma justiça social mais efetiva.

Porque uma coisa é a gente cobrar de um fornecedor de grande porte, que tem receita, que tem faturamento, e outra coisa é a gente cobrar lá daquele pai de família, que tem uma casinha, que ele conseguiu construir depois de muitos anos e não tem como pagar.

É o que o Paulo falou, ele está escolhendo entra a comida e o tributo.

Essa escolha todos nós fazemos muito fácil entre comida e tributo, é fácil eu fazer a opção pela minha família.

Hoje a cobrança ocorre, do grande e do pequeno, do mesmo jeito. Dívida ativa, protesto judicial, enfim, medidas.

A gente entende que isso é injusto.

O ideal é fazer obviamente um programa de REFIS progressivo, que aqueles que podem mais, contribuem mais, e aqueles que podem menos, contribuem menos, mas com a questão do tempo, com a questão de realmente ser um programa real para que o cara consiga sair da dívida.

A gente já tem experiência de alguns anos em outros municípios, por exemplo, como o Vereador colocou com muita propriedade, de estarmos vivendo um caso atípico. Não seria o caso de termos um REFIS neste ano e no ano que vem, por exemplo?

A gente já viu isso.

Por exemplo, REFIS muito próximos um do outro, nós tivemos um caso em que o município arrecadava em dívida ativa, números gerais, 100 milhões por mês. Quando a gente lançou um novo REFIS em cima, ele passou a arrecadar 80.

Por quê?

Porque aquele camarada que tinha uma dívida parcelada em 60 meses, já tinha pago 12 meses, veio de novo para o REFIS e parcelou em 60 a mesma dívida.

Então ele tinha 60, pagou 12, e a dívida dele acabou ficando parcelada em 72 meses.

E às vezes esse contribuinte é um grande contribuinte.

Quem observa e quem faz essa conta com mais profundidade são as empresas que têm contadores para fazer essa análise do que é melhor.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Por isso que o estudo precisa ser feito com propriedade, tem que ser trazido para cá com toda transparência e tem que ser debatido olhando – no nosso entendimento – para esse ponto de vista: a justiça social do próprio REFIS.

Não REFIS por REFIS.

“Ah, tiramos juros e multam parcelamos em X por cento, eventualmente conseguimos alguma coisa com relação aos honorários advocatícios daquilo que já está judicializado com a procuradoria...”.

Enfim, a gente entende que a gente pode mais que isso.

Por isso a questão de aprofundar o estudo e apresentar alguma coisa mais condizente.

E também, levando em consideração exatamente o que o Paulo colocou, o momento hoje é que a pessoa não tem para pagar o deste ano, não está pagando correção, não está sendo inscrita em protesto, etc, por conta de força de lei aprovada e não adianta você fazer o Refis, porque o cara não vai nem se preocupar com isso agora.

Talvez amadurecer, organizar melhor e, no segundo momento, apresentar.

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Mais um detalhe: dentro desses 03 bilhões, quando a gente vai para o estudo do perfil do devedor, também tem muito aquilo que se diz de dívida pobre, que são empresas que já fecharam, faliram. Enfim, estamos fazendo todo esse estudo, para fazermos um plano, em conjunto com a Câmara e fazermos um programa que atenda, tanto a população, quanto as empresas.

**O VER. JOSÉ CARLOS DA SILVA MARTINS, ZÉ CARLOS NOVA ERA** – No ano passado, por ser um ano eleitoral, não tivemos o Refis. Então, já tem um ano que não tem. Vocês estão dizendo que para este ano não tem previsão de ter o Refis. Eu só gostaria de saber, se vocês realmente têm essa previsão, para que no começo do ano quem vem, 2022, tenha sim o Refis?

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Finalizando o estudo que o governo está fazendo, eu não posso assegurar, porque parte também de uma decisão política de governo, mas, tecnicamente, nós estamos criando as condições para que tenhamos o Refis no começo do próximo ano.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**O VER. JOSÉ CARLOS DA SILVA MARTINS, ZÉ CARLOS NOVA ERA** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** – Com a palavra o Vereador Junior Getúlio.

**O VER. GETÚLIO BATISTA DE ANDRADE JÚNIOR, JÚNIOR GETÚLIO** – Bom dia ao Secretário, Paulo, ao seu Adjunto, Vagner. Parabenizo o Léo por presidir a audiência e o Eugenio Rufino por ser o Presidente da Comissão de Finanças. Cumprimento todos os presentes e os internautas que nos assistem.

Se falou do Refis e do pessoal que está devendo. Uma pessoa me falou esses dias, que vale a pena a gente pensar nisso aqui – eu vou falar, mas é bem provável que vocês já estão pensando e encaminhando, mas não custa a gente dividir – que antes de enviar a protesto qualquer empresa ou qualquer pessoa, a gente chamá-la para antes tentar negociar.

Eu acho que isso vale a pena, principalmente as empresas, porque é uma forma de não negatar uma empresa e evitar que ela tenha um problema mais sério. Às vezes ela vai precisar de crédito e isso vai facilitar bastante a vida da empresa.

É uma forma de a gente ajudar a pessoa que passou por um momento de dificuldade.

Pelos outros governos que a gente acompanhou, o orçamento participativo sempre fica mais para o 2º ano de governo.

Porém, como a cidade passou por esses anos e não teve esse orçamento participativo, acaba havendo uma cobrança por parte da sociedade de ser ouvida.

Isso é importante para Mauá, porque nas gestões em que tivemos orçamento participativo, foram governos que deram certo.

O Léo acompanhou ainda muito novinho, o Eugenio era Vereador na época.

Eu sei que o Marcelo vai fazer orçamento participativo. Está no plano de governo dele. Agora, eu não sei ainda o momento. Se é agora neste ano. Eu sei que ele tinha vontade de fazer já no início, mas parece que não dá tempo, pois acho que tem uma questão legal também.

Eu queria saber de vocês se vai fazer este ano ou se vai manter para o ano que vem, porque é uma ferramenta importante para a cidade de Mauá?

**O SR. PRESIDENTE** – Só uma colocação, aproveitando o gancho do Vereador Junior, que não só tenha o orçamento participativo, mas que seja discutida também a forma que é discutido.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Tinham as reuniões nas escolas, nas entidades, inclusive em algumas igrejas e isso é legal, mas a gente sabe que principalmente hoje, o pessoal mais jovem quer contribuir com a cidade, com o orçamento, dar sugestões novas. A gente até discutiu isso na última audiência, sobre mecanismos novos de participação do jovem dentro do orçamento.

Um dos meios é a questão das redes sociais.

A gente democratizar o espaço.

Eu parablenzo aqui o Presidente da Casa que tem colocado as pautas nas redes sociais. Isso é importante, pois deixa o jovem mais perto do que está acontecendo na Câmara, do que está sendo debatido. Mas nós precisamos, dentro da ideia de construção do orçamento participativo, democratizar as formas de participação.

A gente olha hoje os conselhos e vê que está havendo um esvaziamento da esfera pública de participação, porque os meios de participação mudaram.

Não adianta a gente falar que o jovem não quer participar, que o jovem não tem a contribuir com o debate, se a gente não abre espaço para o jovem falar.

Nós precisamos democratizar esses espaços e nessa construção, Secretário, nós queremos, enquanto comissão, enquanto Parlamento, debater as formas de discutir o orçamento.

Tem o modelo do orçamento participativo, tem o modelo do Plano Plurianual, mas qual vai ser a forma dessa construção?

Primeiro eu falo do jovem em defesa a juventude da cidade e, segundo, no momento de pandemia que estamos vivendo. Existe o distanciamento social. Não sabemos como será essa terceira onda. Não sabemos quais serão as consequências.

Ninguém conseguiu entender isso muito bem e a gente não vai conseguir entender este ano, pelos estudos traçados.

Como vamos captar, trazer para perto a população, na discussão orçamentária?

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Respondendo a primeira questão do Vereador Junior Getúlio em relação à cobrança amigável. Que é o governo criar condições tanto à pessoa física, quanto às empresas, para evitar que chegue a esfera judicial, o que obviamente aumentará o custo do processo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Sinceramente nós encontramos uma estrutura muito tímida na Secretaria de Finanças no que tange à questão da cobrança amigável. O número de servidores, a estrutura de rede telefônica, enfim, hoje, basicamente, continua sendo feita essa cobrança na questão do envio de cartas: “Olha você está devendo. Compareça a Prefeitura. Vamos negociar a sua dívida”.

Mas a gente sabe que há pouca efetividade, principalmente por conta da pandemia. A Prefeitura passou um período com atendimento parcial.

Nós estamos com um projeto de intensificar essa cobrança amigável, contratando uma empresa privada com sistemas modernos.

Há mecanismos em outros lugares, de outras Prefeituras, num estágio mais avançado, que é esse tratamento mais humano. A despeito das ferramentas tecnológicas, mas ser um tratamento para chamar o contribuinte para negociar.

É um projeto que nós colocaremos em funcionamento em breve, para dar uma robustez a essa cobrança, para se evitar o envio a esfera judicial.

Isso causaria um barateamento nas custas do processo para o contribuinte.

O orçamento participativo é claro que está no plano de governo do Prefeito Marcelo e também vivemos um momento atípico, porque você não pode aglomerar e, além disso, o momento da discussão.

Não temos maiores detalhes, porque a Secretaria de Governo está nesse projeto com o departamento de tecnologia na questão de criar mecanismo de participação popular, para a discussão agora do PPA, para ser um PPA participativo.

Este é o 1º ano de mandato e tem obrigatoriamente a elaboração do PPA e a entrega será no final de agosto.

Então, fica um pouco descasado, porque o PPA precede a LDO.

Mas nós estamos apresentando a LDO por prazos legais, obviamente e, no PPA, já há um estudo também e começou a discussão na questão da participação popular.

Na elaboração do orçamento que começará em breve e será entregue em 30 de setembro a esta Casa, para análise e aprovação, o que acontece?

Como o próprio Vereador Leonardo disse: não sabemos ainda como será. Hoje ouvi no carro cientistas falando sobre a 3ª onda. Não sabemos daqui a 01 mês como estará o ritmo de vacinação, de contágio.

Com certeza haverá sim esse mecanismo de participação popular no seu devido tempo.

**O SR. PRESIDENTE** – Eu chamo atenção a outro aspecto que esta Casa vai debater, inclusive quando o representante da Sabesp estava aqui, eu ia fazer o apontamento, mas não veio ao caso, porém, como estamos tratando de questão orçamentária, é a gente continuar o debate sobre o papel da SAMA e da ARSEP. Principalmente sobre a função que esses órgãos vão cumprir nessa fase de transição.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ**  
**SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Tenho me debruçado sobre a lei da ARSEP, pois com a Sabesp, a regulação vai ser no Estado de São Paulo, mas como vai ser essa questão orçamentária?

Durante essa fase de transição, quais os apontamentos que a Secretaria tem, pois a nossa função é fiscalizar, ver qual papel está sendo cumprido nessas agências?

Quais os apontamentos – eu não sei se a Secretaria tem algum apontamento a ser feito – sobre a fase de transição da SAMA e também da ARSEP, a agência reguladora municipal?

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Vereador, na elaboração do processo de planejamento, PPA, LDO, LOA, nós precisamos contemplar todas as entidades existentes no município no momento.

Por exemplo: a LDO apresentada aqui para a ARSEP e para a SAMA foi feita pelas duas entidades, com a realidade que elas têm hoje.

Muito provavelmente com a mudança na atribuição, com a mudança no fluxo de despesas e receitas, ou com eventuais mudanças referentes à finalidade dessas entidades que vai ser dada pelo Poder Executivo, mediante projeto de lei a Câmara, as peças futuras... Por exemplo: estão agora já iniciando o processo de elaboração do PPA. Enquanto o processo está sendo elaborado, se houver alguma mudança pela Câmara na atividade fim da SAMA ou da ARSEP, ou se elas forem extintas a qualquer momento por força de lei, o PPA já não vai contemplar, ou vai contemplar com mais densidade.

Supondo que eventualmente o governo pode propor, tanto uma diminuição do tamanho da entidade autárquica, como um aumento da atividade, mais ações para que ela faça, saindo coisas do Executivo para serem feitas lá e também pode ser feita a extinção.

Conforme for acontecendo isso, o município vai ficando atento ao planejamento.

O PPA é entregue até o final de agosto e se até lá as coisas não mudarem, ele vai ser feito com o retrato atual da entidade.

**O SR. PRESIDENTE** – Eu só fiz o alerta, porque é importante que a gente faça esse debate antes de se debater o orçamento, para ser mais preciso e a gente entender a destinação.

Mais alguém Parlamentar, assessor, que fazer alguma observação ou pontuar alguma questão? (Pausa).



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Feitas as manifestações dos Parlamentares e já respondidas pelos Secretários, teremos a manifestação dos representantes de entidades municipais e dos munícipes. Englobamos a discussão.

Lembrando aos participantes que nos acompanham via internet que ainda dá tempo de enviar sua pergunta para o email [audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br](mailto:audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br).

Eu vou ler as duas questões colocadas. Uma delas já foi debatida, é a questão do Sr. Marcos Ahlers: “Boa tarde. Gostaria que a audiência pública fizesse referência a necessidade de implementação do Orçamento Participativo em Mauá. O Orçamento Participativo aproximará a sociedade mauaense da discussão política necessária para fortalecermos a República. A participação popular é essencial para a execução de políticas públicas que emanem do povo e não de interesses de grupos privilegiados, políticos mesquinhos ou usurpadores de bens públicos. O OP chama a sociedade a discutir a cidade como um todo e não apenas seu bairro. Mauá precisa aderir ao conceito de cidade inteligente e isso passa pela discussão orçamentária. Sugiro que a LDO faça referência a implementação do Orçamento Participativo. Como sugestão o artigo 1 pode conter essa referência no inciso VI: disposições gerais e Orçamento Participativo”.

Eu agradeço a contribuição do Sr. Marcos que também fez menção aos gabinetes dos Vereadores. Tem encaminhado através das redes sociais. Encaminhou inclusive ao nosso gabinete.

A segunda é da União das Famílias de D’Matthah: “Prezados, somos um coletivo LGBTQIA que atua na promoção dos direitos humanos e da cidadania LGBT. Gostaríamos de saber o que se tem incluído para essa população e como contribuir, como coletivo organizado? Atenciosamente. Rene Lacroix. SECOM. Conselho D’Matthah”.

Agora uma sugestão do email Zé Libras: “Prezados Senhores, estou solicitando acessibilidade para pessoas surdas mauaenses que precisam de 02 intérpretes de LIBRAS para audiência pública para garantir direitos para surdos receber informações. Seguem as leis, lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, lei 10.436, de 24 de abril de 2002, lei. 13.146. de 6 de julho de 2015”. Ele coloca o link disponibilizado: “Professor surdo de LIBRAS, José Mauro Fagundes de Sousa” e deixa seu contato.

Salientamos que esta Legislatura já colocou essa pauta em discussão com a Resolução nº 01 de 03 de maio de 2021, que dispõe sobre a implantação de tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais nos trabalhos parlamentares nas Sessões da Câmara Municipal de Mauá e dá outras providências, que foi alterada pela Resolução nº 04 de 06 de abril de 2021, que altera a redação do artigo 2º da Resolução nº 01, que dispõe sobre a implantação de tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais nos trabalhos parlamentares nas Sessões da Câmara Municipal de Mauá e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Passo a palavra ao Sr. Paulo e ao Sr. Vagner para as considerações sobre as perguntas e a sugestão.

Lembrando que já foi pontuada a questão do orçamento participativo, pelo Sr. Secretário.

**O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS** – Com relação ao que foi colocado pela entidade que defende os interesses da comunidade LGBTQIA+, nós temos a dizer o seguinte: o processo de elaboração do Plano Plurianual está sendo iniciado pelo setor de planejamento estratégico, está vinculado a Secretaria de Governo e nós também estamos trabalhando nesse processo.

Então, o Plano Plurianual vai trazer as políticas, os programas e ações que serão desenvolvidas entre os anos 2022 e 2025.

Faz parte desse processo a estruturação de políticas públicas ouvindo a população, como falou o Paulo, com a oportunidade para que todos os municípios se manifestem com relação ao planejamento e também a elaboração de programas específicos para atender os interesses de todos os segmentos da população.

Ao passo que o PPA for sendo desenvolvido, esses interesses de diversos coletivos, de entidades defensoras de interesses de minorias ou de majorias farão a sua contribuição.

No processo participativo do PPA isso vai ser discutido e também vai ser discutido internamente com os órgãos do governo que têm a competência de tratar da inclusão social em todos os segmentos.

**O SR. PRESIDENTE** – Eu vou só pontuar que em relação a questão de LIBRAS e a Resolução que esta Casa já aprovou, já estão sendo feitas as devidas providências pela Presidência da Casa, pela direção, para que seja feito o acompanhamento simultâneo das Sessões, das audiências e dos trabalhos da Casa.

Feitas todas as manifestações e já respondidas pelo Secretário, pergunto se existe algum outro Secretário Municipal participando da audiência que ainda queira se manifestar, de forma digital ou presencial?

Daremos um prazo de 02 minutos para que o mesmo possa nos enviar sua pergunta. (Pausa).

Não havendo manifestação, eu passo a palavra ao Secretário de Finanças para as suas considerações finais.

**O SR. PAULO JOSÉ DE ALMEIDA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS** – Vereador Leonardo, demais presentes, eu agradeço pela oportunidade, deixo a Secretaria de Finanças a disposição de todos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Como eu disse no início, é um desafio muito grande, mas são os bons desafios que nos fazem crescer.

A gente conta com a Câmara Municipal para que nesses próximos 03 anos e meio, tenhamos grandes projetos, grandes ações e que a população de Mauá saia vitoriosa.

Muito obrigado a todos.

Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** – Eu quero agradecer ao Secretário de Finanças, ao seu Secretário Adjunto e pontuar que o Parlamento também está aberto a contribuir com as discussões e também nas questões pontuadas aqui.

Concluídas as fases da audiência, agradeço mais uma vez a participação de todos os Secretários, Vereadores, assessores, entidades, servidores e ressalto os companheiros da Casa presentes até este horário. Agradeço a equipe técnica em nome da Arlinda que nos auxiliou. Nós não saberíamos como conduzir isso, se não fosse a direção, junto com a coordenação da assistência legislativa.

Agradeço a população que está nos assistindo e tem contribuído com sugestões, ideias e colocações.

Esclareço que toda a documentação gerada por esta audiência será juntada ao respectivo processo e encaminhada por cópia de inteiro teor à Secretaria de Finanças, bem como ao departamento contábil e financeiro desta Edilidade, para os encaminhamentos legais.

Obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

**LEVANTA-SE A AUDIÊNCIA às 12h37min.**